

AS RURALIDADES BRASILEIRAS E OS DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Jan Bitoun

Universidade Federal de Pernambuco, PPGeo

jbitoun@terra.com.br

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Universidade Federal de Campina Grande, PPGECA

liviaibmiranda@gmail.com

Tania Bacelar de Araújo

Universidade Federal de Pernambuco/PPGeo

tbacelar@gmail.com

Considerações Iniciais

As reflexões aqui apresentadas referenciam-se no trabalho coletivo de pesquisadores que participaram do estudo “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, coordenado pelo Instituto Interamericano para Cooperação (IICA e patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014)¹. Pautado pelo desafio de pensar a dimensão que se deve atribuir ao rural no Brasil atual, o estudo buscou romper com a visão consolidada de rural, classicamente associada ao espaço da produção. Propôs caracterizar os espaços rurais a partir de uma abordagem multidimensional, sintonizada com a heterogeneidade característica do território brasileiro. Para tanto foram consideradas, metodologias de experiências internacionais, condicionantes físico-ambientais e algumas dimensões caracterizadas por atributos (habitat, trabalho e condições de vida, dinâmicas recentes) para propor uma tipificação regionalizada dos espaços rurais na atualidade. Essas tipologias foram a base para observar as políticas públicas (sobretudo as voltadas a promover o desenvolvimento rural). O estudo buscou, ainda, subsídios nas bases legais vigentes no país, visando realçar possíveis atualizações da definição do rural brasileiro, na perspectiva de avançar numa proposta de agenda para o futuro. Abaixo elencamos os

¹ Este artigo está baseado no Texto de referência: Brasil: um novo olhar sobre o rural e seus desafios, coordenado pela professora e Tania Bacelar de Araújo, com coautoria de: Arilson Favoreto, Cátia Grisa, Cláudia Job, Humberto Oliveira, Jan Bitoun, Karina Kato, Leonilde Medeiros, Lívia Miranda, Maria Lucila Bezerra, Maria Názare Wanderley, Mariana Trotta, Nelson Delgado, Sergio Pereira Leite, Silvia Zimmermann.

principais subsídios formulados e que estarão disponíveis por meio da publicação nos Cadernos do Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)²:

- A realização de uma análise dos alcances e limitações das metodologias aplicadas no Brasil para caracterização e tipificação dos espaços rurais;
- A análise crítica de tipologias de caracterização dos espaços rurais em países selecionados da América Latina e Europa visando extrair indicativos para a construção de uma tipologia brasileira;
- A Proposta de Tipologia dos espaços rurais do Brasil, elaborada por equipe multidisciplinar e validada em discussões realizadas em oficinas regionais envolvendo especialistas e gestores públicos, além de representantes de organizações da sociedade civil;
- A realização de levantamentos complementares capazes de gerar informações que ajudaram a especificar as diferenças entre os Tipos Regionalizados.

Neste artigo, utilizou-se a dimensão da construção da Tipologia das Ruralidades Brasileiras (Bacelar, T. et al., 2014), para subsidiar uma reflexão sobre o desafio de incorporar a dimensão rural na estruturação de políticas de desenvolvimento urbano e regional no Brasil. Segundo o estudo, três premissas centrais ajudam a estimular o debate sobre o rural e as ruralidades brasileiras na atualidade. Essas premissas são em grande medida contrapontos as generalizações que sentenciam um Brasil cada vez mais urbano.

A primeira é que:

“(…) o rural não é uma categoria a-histórica, que se possa definir de maneira essencialista, independentemente do tempo e do lugar. Diferente disso, as formas de definir o que é o rural guardam direta correspondência com a trajetória da formação social brasileira. Trata-se de uma definição relacional, cujas bases são as interdependências do rural com outras esferas da vida social, seja no domínio de sua base material, seja no domínio das representações.”

Nessa perspectiva, a elaboração de políticas públicas não pode ser somente um exercício técnico, demanda a adequação de critérios técnicos à singularidade do território brasileiro, permeado fortemente por interdependências do rural com o urbano e com outras esferas da vida social.

A segunda ideia central ressalta:

² Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/publicacoes/>

“(…) uma expressiva heterogeneidade na ruralidade brasileira. E ela se manifesta em distintas escalas, dos grandes subespaços nacionais até a heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade da terra e de organização econômica e social em diversas escalas de observação e de vida. (...) é preciso identificar as tendências de mudança que apontam para o movimento do real, mas também a sua dialética com as estruturas que permanecem no tempo e que são as responsáveis pela distinção das formações territoriais.”

Diferentes estudos³ já observaram que a heterogeneidade e a diversidade são características do território brasileiro e decorrem de diferentes de condicionantes físico-ambientais, histórico-culturais e das opções ideológicas do desenvolvimento nacional. As transformações econômicas recentes têm impactado o formato de desenvolvimento agropecuário, industrial e de serviços, no entanto, a maioria dos planos e políticas de desenvolvimento estão formatados sem considerar a heterogeneidade intra-regional. Campolina (2008) no seu estudo de um desenho policêntrico para o Brasil, reivindica um modelo de desenvolvimento que seja independente das macrorregiões institucionais do país. Em consonância foi objetivo do estudo “Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas” encontrar uma escala geográfica intermediária para dar visibilidade a heterogeneidade do rural brasileiro: “mais ampla do que os municípios, menor do que as grandes regiões brasileiras definidas pelo IBGE.” (Araújo T. B. et al., 2014, sp). Bitoun, et. Al (2009) evidencia nessa perspectiva, a necessidade de valorização das cidades intermediárias localizadas principalmente no interior do país. Destaca que elas podem ancorar equipamentos e serviços imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social.

A terceira ideia aponta:

“o vazio institucional que há nas formas de regulação territorial do rural brasileiro, fator que se explica em grande medida pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento brasileiro, especialmente as que foram hegemônicas no século XX.”

A persistência dos espaços rurais na trajetória da urbanização brasileira ressalta sua importância para a economia, a coesão social e a sustentabilidade ambiental. No entanto, os espaços rurais são pouco regulados. Nesse âmbito, há inclusive sobreposição de competências constitucionais como aponta Saule Jr. (2004). Ao enfatizar a diversidade do país em uma dimensão policêntrica, realça-se igualmente a necessidade de evidenciar as diferentes

³ Dentre vários destacam-se: o estudo do Brasil Policêntrico elaborado pelo Centro de Estudos e Gestão Estratégica (CGEE) para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em 2007-2008 e liderada pela equipe do CEDEPLAR/UFMG, coordenada por Clélio Campolina Diniz; e, o estudo da Tipologia das Cidades Brasileiras elaborado pelo Observatório das Metrópoles para o Ministério das Cidades, em 2006-2008, Coordenado por Tânia Bacelar de Araújo.

ruralidades existentes no país. Superar a visão institucional do que é urbano e rural no Brasil é a principal premissa para construir um modelo de desenvolvimento territorial mais equilibrado. O rural que resulta da associação institucional com o perímetro urbano municipal é um retrato distorcido desse universo no território nacional. Independentemente dessa institucionalização é muito comum distinguir extremos: o essencialmente urbano e o fundamentalmente rural, ignorando-se as situações intermediárias. Mas são nessas situações que as relações entre urbano e rural precisam ser visibilizadas para definir predominâncias e especificidades importantes a serem consideradas no diagnóstico das tendências de transformação em curso.

O Artigo, aqui apresentado, está estruturado em três partes: na primeira resgata-se a discussão conceitual sobre o rural brasileiro na busca de construir uma concepção menos produtivista desse universo e apresenta-se um ensaio baseado em uma proposta de classificação menos dicotômica entre o rural e o urbano. Essa proposta está embasada em experiências internacionais - latino americanas e europeias; na segunda parte expõe-se a proposta metodológica para a construção da Tipologia dos Espaços Rurais e comenta-se os seus resultados mais gerais visando caracterizar o universo dos diferentes rurais existentes no território nacional ; e, por fim observa-se, ainda que de maneira preliminar, alguns desafios para a associação da dimensão rural na estruturação de políticas de desenvolvimento territorial (urbano, rural, regional) no Brasil.

O Brasil e suas ruralidades: em busca de uma perspectiva menos produtivista

O estudo Repensando o Conceito de Ruralidades no Brasil buscou esclarecer duas questões principais: a primeira diz respeito a dimensão real do rural brasileiro nos tempos atuais; e, a segunda investigou como este rural se expressa no amplo e diferenciado território do país.” Para tanto assumiu uma concepção não produtivista em que a ruralidade é entendida a partir da forma como se organiza a vida social, considerando: o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida. Como ressalta Wanderley (2012):

O “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma. Cabe, portanto, “compreender as formas deste rural nas diversas sociedades passadas e presentes”. (Wanderley, 2012, p. 70)

O estudo das ruralidades pressupõe, na perspectiva apontada, a compreensão dos espaços rurais em suas múltiplas dimensões: *física* (ocupação do território e aos seus símbolos), *do vivido* (particularidades do modo de vida e referência identitária) e *lugar de onde se vê e se vive o mundo* (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (Bacelar, T, et al., 2014: sp). A realidade rural não pode ser concebida de forma isolada ou independente da dinâmica das cidades, pois é crescente a interdependência entre rural e urbano.

A visão de que “a ruralidade diz respeito à forma como se organiza a vida social” abre uma nova perspectiva para pensar políticas públicas e também para impregná-las de necessária multisetorialidade. A definição dos caminhos de enfrentamento e superação dos problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos, presentes no meio rural e em suas relações com as cidades – inclusive, a própria percepção desses problemas - assume o caráter de projetos de sociedade. Nessa perspectiva uma reavaliação do peso do Brasil rural se faz necessário posto que a subestimação na contagem populacional impacta tanto no imaginário da sociedade – que se supõe mais urbana do que realmente é – como influencia no desenho de muitas políticas públicas.

O estudo ressalta que o redimensionamento para maior a representação do Brasil rural, não implica em redefinir as práticas censitárias cuja continuidade permite garantir a comparação em série histórica, mas permite libertar os planejadores e operadores de políticas públicas da dependência exclusiva da representação instituída pelas leis municipais dos perímetros urbanos e aproximar a representação do rural no Brasil de práticas vigentes no ambiente mundial, além de chegar mais perto da riqueza e vitalidade do rural brasileiro.

Na proposição de uma nova caracterização para o rural brasileiro, partiu-se da experiência internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE na construção de tipologias para os espaços rurais europeus. Ao longo dos últimos vinte anos a metodologia vem sendo aperfeiçoada. Nas primeiras experiências (1994) utilizou-se a densidade demográfica para classificar as regiões como rurais ou urbanas. Posteriormente, em 2005 associou-se o critério de tamanho dos centros urbanos e mais tarde (2011) foram consideradas as influências da distância a um centro urbano. Com tais avanços conceituais, a OCDE passou a classificar as áreas rurais distinguindo as que se encontram *isoladas* das que se situam *próximas* a centros urbanos onde as populações rurais acessam serviços ou mesmo trabalham, resultando na seguinte classificação: i) Regiões predominantemente urbanas; ii) Regiões intermediárias *próximas* de uma cidade; iii) Regiões

intermediárias *isoladas*; iv) Regiões predominantemente rurais *próximas* de uma cidade e v) Regiões predominantemente rurais *isoladas*.

Considerando o conjunto os critérios da OCDE e com base no acervo do Banco de Dados Geográfico reunido para o estudo, buscou-se classificar as áreas rurais para o caso brasileiro. Esta metodologia está mais detalhadamente relatada em Bitoun, j. et al. (2014). Diferentemente da OCDE, no caso brasileiro optou-se por utilizar a unidade espacial municipal para identificar os espaços urbanos e rurais, e não as microrregiões legalmente institucionalizadas. Esta opção justifica-se porque a forma de delimitação das microrregiões brasileiras pelo IBGE, na década de 50, consideraram uma metodologia de região geográfica ou humana, com maior ênfase o quadro natural, sem incorporar as centralidades urbanas como critério fundamental. Embora se tenha utilizado o recorte municipal como unidade territorial, buscou-se um gradiente de classificação próximo do proposto pela OCDE: *municípios predominantemente e relativamente rurais isolados ou próximos de cidades*.

As variáveis utilizadas para a classificação foram: i) tamanho populacional; ii) percentual de população residente em habitat rural; iii) percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária no total do Valor Agregado em 2010; iv) distância gráfica (reta) da sede para a sede mais próxima que apresentasse qualquer posição hierárquica superior. Em função da diversidade do território brasileiro evitou-se adotar patamares uniformes para as variáveis utilizadas na classificação:

O tamanho populacional das cidades foi analisado considerando a classificação dos municípios na hierarquia urbana das centralidades identificada pelo IBGE (2008) no REGIC (Região de Influência de Cidades): centros locais, centros de zona, centros sub-regionais, capitais regionais e metrópoles com suas áreas de concentração populacionais;

O percentual de população residente em habitat rural⁴ substituiu a densidade na metodologia original da OCDE. Na primeira etapa, a variável classificatória foi o percentual de população residente em habitat rural, modulada pela posição hierárquica dos centros. Estabeleceu-se patamar baixo (16,66%) de percentual de população em habitat rural em municípios cuja cidade era centro local. Considerando a mediana de população dos 4.471 centros locais (8.133 hab.), há muita probabilidade se tratarem de cidades (pequenos centros administrativos) com fortes características rurais. Nos 555 municípios cuja cidade era centro

⁴ População em habitat rural é a soma da população residente em setores com códigos de situação 8 ((Zona Rural exclusive Aglomerados Rurais) 7, 6, 5 (Aglomerados Rurais Isolados) e 1, 2 e 4 (Áreas Urbanas, Urbanizadas e não Urbanizadas, Aglomerados Rurais de Expansão Urbana) quando situados fora do Distrito Sede (as Vilas e suas expansões limítrofes fora do perímetro urbano);

de zona e nos 164 municípios cuja cidade era centro sub-regional estabeleceu-se um patamar mais elevado (33,33%) de percentual de população em habitat rural considerando as respectivas medianas de população desses centros (23.000 e 95.000 respectivamente). Como resultado obteve-se 7 classes de municípios, conforme apresentados no

Quadro 1 – Redimensionamento do Rural no Brasil: Variáveis Classificatórias

TIPOLOGIA DAS CIDADES NA HIERARQUIA DA OFERTA DE SERVIÇOS (IBGE, REGIC, 2008)	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM HABITAT RURAL INCLUINDO OS SETORES DE VILAS E SUAS EXTENSÕES URBANAS				CLASSES
4471 Centros Locais (Mediana Pop: 8.133)	>16,66%	Essencialmente Rurais (3901mun.)	<16,66%	Relativamente Rurais (570 mun.)	1, 2
555 Centros de Zona (Mediana Pop: 23.000)	>33,33%	Essencialmente Rurais (172 mun.)	<33,33%	Relativamente Rurais (383 mun.)	3, 4
164 Centros Sub-regionais (Mediana Pop 95.000)	>33,33%	Relativamente Rurais (20 mun.)	<33,33%	Urbanos (144 Mun.)	5, 6
82 Metrôpoles E Capitais Regionais, Suas ACP (376 MUN)	URBANOS (376 mun.)				7

Após essa classificação, foi realizado um ajuste por meio da introdução de uma variável econômica: percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária no total do Valor Agregado em 2010. Buscou-se, por meio desse procedimento, retratar o grau de importância nas economias locais da produção agropecuária. Calculou-se em cada uma das 6 primeiras classes o desvio padrão à média do percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária no total do Valor Agregado em 2010, com a distribuição desses percentuais no Brasil. Os municípios que apresentaram forte desvio padrão para menor (casos de pequenos municípios industriais, de mineração e de municípios onde o valor agregado dos serviços é quase exclusivo) ou maior foram reclassificados. Desse procedimento, resultou o agrupamento final dos municípios em três classes (essencialmente rural, relativamente rural e urbano). (Quadro 2)

Quadro 1 – Redimensionamento do Rural no Brasil: Variáveis Classificatórias

TIPOLOGIA DAS CIDADES NA HIERARQUIA DA OFERTA DE SERVIÇOS (IBGE, REGIC, 2008)	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM HABITAT RURAL INCLUINDO OS SETORES DE VILAS E SUAS EXTENSÕES URBANAS				CLASSES
4471 Centros Locais (Mediana Pop: 8.133)	>16,66%	Essencialmente Rurais (3901mun.)	<16,66%	Relativamente Rurais (570 mun.)	1, 2

TIPOLOGIA DAS CIDADES NA HIERARQUIA DA OFERTA DE SERVIÇOS (IBGE, REGIC, 2008)	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM HABITAT RURAL INCLUINDO OS SETORES DE VILAS E SUAS EXTENSÕES URBANAS				CLASSES
555 Centros de Zona (Mediana Pop: 23.000)	>33,33%	Essencialmente Rurais (172 mun.)	<33,33%	Relativamente Rurais (383 mun.)	3, 4
164 Centros Sub-regionais (Mediana Pop 95.000)	>33,33%	Relativamente Rurais (20 mun.)	<33,33%	Urbanos (144 Mun.)	5, 6
82 Metrôpoles E Capitais Regionais, Suas ACP (376 MUN)	URBANOS (376 mun.)				7

Após essa classificação, foi realizado um ajuste por meio da introdução de uma variável econômica: percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária no total do Valor Agregado em 2010. Buscou-se, por meio desse procedimento, retratar o grau de importância nas economias locais da produção agropecuária. Calculou-se em cada uma das 6 primeiras classes o desvio padrão à média do percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária no total do Valor Agregado em 2010, com a distribuição desses percentuais no Brasil. Os municípios que apresentaram forte desvio padrão para menor (casos de pequenos municípios industriais, de mineração e de municípios onde o valor agregado dos serviços é quase exclusivo) ou maior foram reclassificados. Desse procedimento, resultou o agrupamento final dos municípios em três classes (essencialmente rural, relativamente rural e urbano). (Quadro 2)

Quadro 2 – Redimensionamento do Rural no Brasil: Variável de Ajuste

DESVIO PADRÃO À MÉDIA POR CLASSES DO PERCENTUAL DO VALOR AGREGADO AGROPECUÁRIO NO VALOR AGREGADO TOTAL 2010 – PATAMARES DE RECLASSIFICAÇÃO									RESULTADOS		
CLASSE 1		CLASSE 2	CLASSE 3		CLASSE 4		CLASSE 5	CLASSE 6	CLASSE 7	ESSENC. RURAL	
0,95 e	REL. RURAL	REL. RURAL	0,75 e	REL. RURAL	0,95 e	URBANO				ESSENC. RURAL	3216 mun.
-0,95	ESSENC. RURAL	REL. RURAL	-0,75	ESSENC. RURAL	-0,95	REL. RURAL	URBANO	URBANO	URBANO	REL. RURAL	1742 mun.
										URBANO	

Na terceira etapa do trabalho, foi calculada para os 4.958 municípios essencialmente e relativamente rurais a distância gráfica (reta) da sede para a sede mais

próxima que apresentasse qualquer posição hierárquica superior (centro de zona, centro sub-regional, capital regional, metrópole) na classificação das centralidades no REGIC (IBGE, 2013). Pretendeu-se, deste modo, construir uma proxy da variável de acessibilidade (Quadro 3) adotada nos Estados Unidos que estabelece em 60 min. de percurso o limite entre o rural próximo e isolado de uma cidade (nos Estados Unidos, de qualquer cidade). Como, não se dispõe no Brasil em escala nacional de informações permitindo calcular efetivamente esse tempo de percurso, lançou-se mão de um procedimento alternativo e muito aproximativo (reta gráfica), modulando essa distância por biomas: No Pantanal e na Amazônia, face às condições muito adversas de transportes, o limite adotado foi 30 km em linha reta; nos demais biomas, o limite adotado foi 60 km. Sabe-se que esses limites estão muito distantes do cotidiano das populações, mas a proposta de redimensionamento deve ser vista como uma primeira representação, um ponto de partida para futuros aprofundamentos.

Quadro 3 – Redimensionamento do Rural no Brasil: Variável de Proximidade/Isolamento.

VARIÁVEL DE CÁLCULO DE ISOLAMENTO/PROXIMIDADE DOS CENTROS URBANOS ESSENCIALMENTE E RELATIVAMENTE RURAIS (4958 CIDADES) PARA UM CENTRO URBANO DE MAIOR NÍVEL NA HIERARQUIA DA OFERTA DE SERVIÇOS (REGIC 2008)
Centros do Bioma Amazônia e Pantanal: 30 KM em linha reta; Outros Centros: 60 KM (PROXY 1h)

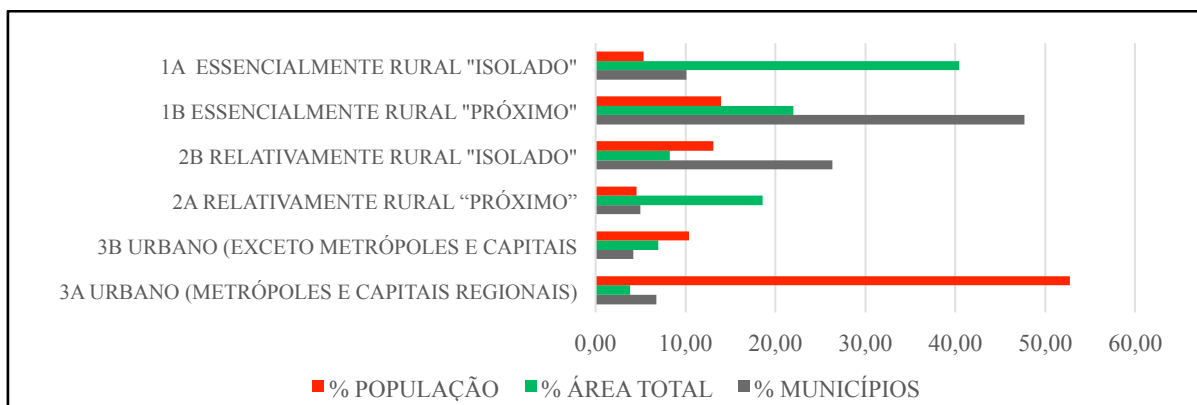
Os procedimentos aqui descritos permitiram classificar os municípios brasileiros em 6 classes, conforme Quadro 4 e

Gráfico 1.

Quadro 4 – Redimensionamento do Rural no Brasil I

BRASIL – CLASSES: ESSENCIALMENTE RURAL, RELATIVAMENTE RURAL, URBANO	Municípios	Área km ²	Pop Total (2010)	Percentual Pop Total Brasil
1A Essencialmente rural "Isolado"	562	3.436.337,2	10.172.453	5,33
1B Essencialmente Rural "Próximo"	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
2A Relativamente Rural "Próximo"	276	1.578.631,5	8.658.211	4,54
2B Relativamente Rural "Isolado"	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
3B Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais	232	592.383,4	19.764.106	10,36
3A Urbano em Metrôpoles e Capitais Regionais	375	325.137,4	100.567.300	52,72
TOTAIS	5.565	8.502.729,1	190.755.799	100,00

Gráfico 1 - Proporção da População, da Área e do Nº de Municípios do Brasil Segundo Classes de Municípios Rurais e Urbanos



Concluiu-se, portanto, que o percentual da população residente em municípios essencialmente e relativamente rurais corresponde a 37% da população total do país distribuída em 87% dos municípios, que se estendem sobre 89,2% do território nacional. Este resultado geral confirma estudos anteriores de redimensionamento do rural no Brasil. No

Quadro 5 e no

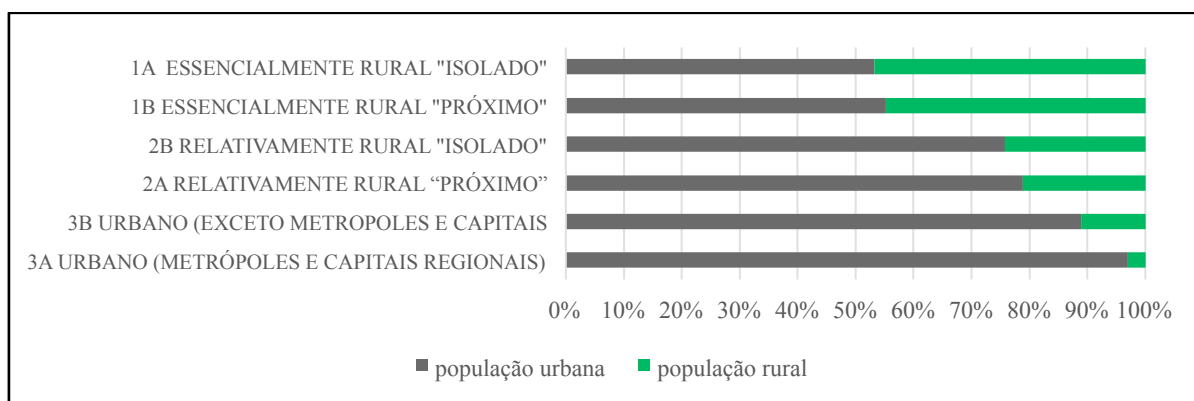
Gráfico 2, apresenta-se a distribuição oficial da população residente em Zonas Urbana, delimitada por leis municipais, e Rural em cada uma das 6 classes, e na Em todas as classes, predomina a população residindo em perímetros urbanos. Nas classes essencialmente rurais, observa-se uma situação de quase equilíbrio (cerca de 45% da população em zona rural); nas classes relativamente rurais, a proporção de população rural cai para pouco mais de 20% (21% no relativamente rural próximo e 24% no isolado). Nas classes urbanas, ainda há 11% de população rural nos municípios intermediários e somente 3% na classe que agrupa metrópoles, capitais regionais e suas áreas de concentração populacional.

Figura 1, pode-se observar a distribuição geográfica dessas classes.

Quadro 5 - Redimensionamento do Rural no Brasil II

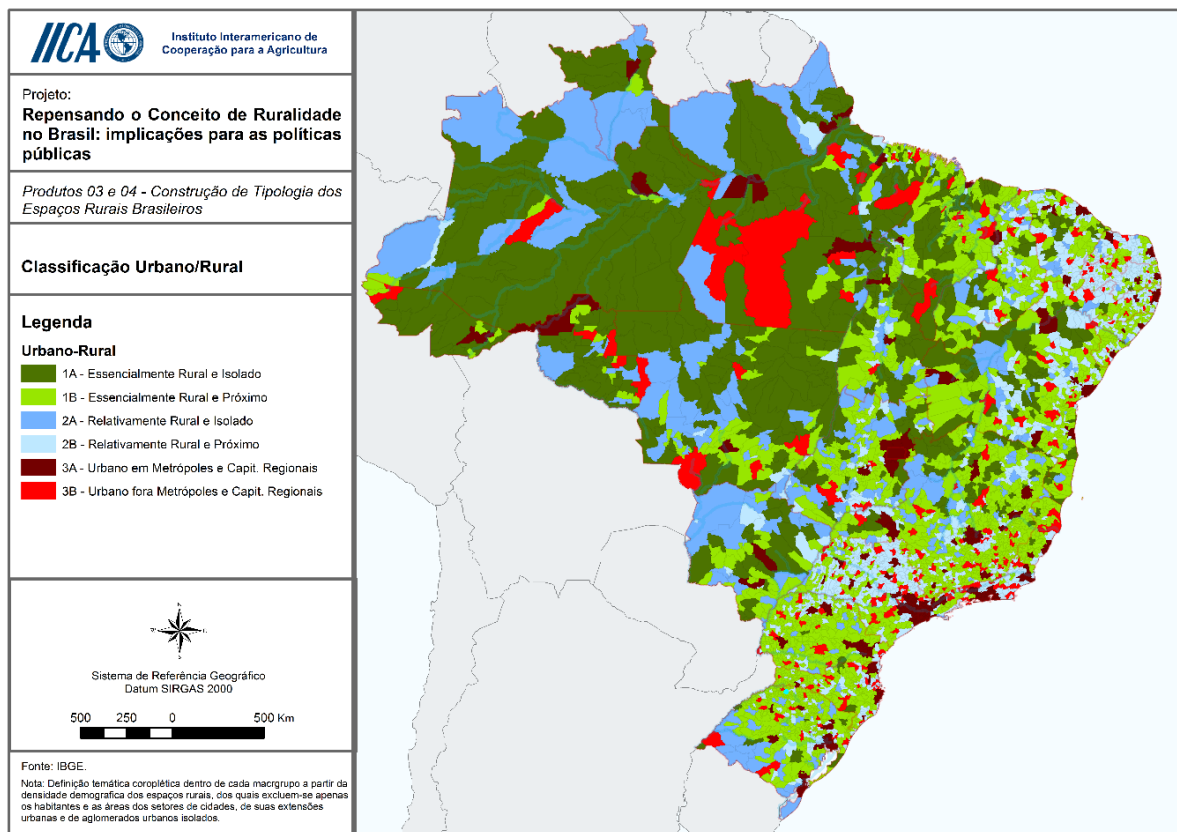
BRASIL - CLASSES ESSENCIALMENTE RURAL, RELATIVAMENTE RURAL, URBANO	População Urbana 2010 Oficial	População Rural 2010 Oficial
1A Essencialmente Rural "Isolado"	5.418.421	4.754.032
1B Essencialmente Rural "Próximo"	14.652.632	11.914.427
2A Relativamente Rural "Próximo"	6.828.316	1.829.895
2B Relativamente Rural "Isolado"	18.946.224	6.080.446
3B Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais	17.559.743	2.204.363
3A Urbano em Metrôpoles e Capitais Regionais	97.520.468	3.046.832
TOTAIS	160.925.804	29.829.995

Gráfico 2 - Proporção Oficial de População Rural e Urbana Por Classes



Em todas as classes, predomina a população residindo em perímetros urbanos. Nas classes essencialmente rurais, observa-se uma situação de quase equilíbrio (cerca de 45% da população em zona rural); nas classes relativamente rurais, a proporção de população rural cai para pouco mais de 20% (21% no relativamente rural próximo e 24% no isolado). Nas classes urbanas, ainda há 11% de população rural nos municípios intermediários e somente 3% na classe que agrupa metrópoles, capitais regionais e suas áreas de concentração populacional.

Figura 1 – Classificação Urbano-Rural



Quando observada a distribuição geográfica, predomina a classe “essencialmente rural e isolada” em grandes extensões da Amazônia, onde há uma população dispersa em pequenas localidades ribeirinhas e na floresta. Os municípios dessa classe, também ocupam grandes áreas do Cerrado, central e setentrional e em Mato Grosso do Sul; estão presentes também nos sertões central e meridional do Nordeste. Nessas localizações é a distância aos centros maiores, que associada à presença de muitos povoados (excetuando o Cerrado de Mato Grosso do Sul), é o fator decisivo.

A classe “relativamente rural e isolada” acompanha essa distribuição. Reúne municípios onde a população está muito concentrada em habitat urbano (ex. do Pampa, do Pantanal e de alguns municípios da Amazônia) e municípios onde a mineração e outras atividades reduzem o peso da participação do valor agregado agropecuário na economia local. O caráter de isolamento precisa ser relativizado em municípios de fronteira em contato direto com cidades vizinhas estrangeiras (do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, do Peru, da Colômbia, da Venezuela, da Guiana e da Guiana Francesa).

A classe “relativamente rural e próxima” predomina em dois polos opostos. No Estado de São Paulo, deve-se essencialmente ao baixo percentual da população residindo em habitat rural. Nos sertões do Nordeste, onde a população em habitat rural é maior, muitos municípios foram transferidos para essa classe na fase de ajuste em função da muito baixa

participação das atividades agropecuárias no valor agregado. Trata-se, nesse caso de um rural socialmente vivo, mas economicamente vazio. Ainda compõem essa classe, municípios com grande participação na economia local dos serviços de turismo e lazer, especialmente em localização litorânea próximas dos grandes centros, e em regiões serranas de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Observa-se no mapa que a classe dos municípios “essencialmente rural e próxima” abrange as grandes concentrações do campesinato, especialmente no Sul, em Minas, no Agreste, no Maranhão e no nordeste do Pará. A zona da Mata do Nordeste também se caracteriza pelo alto percentual da população residindo em habitat rural.

Em todas essas áreas, há uma forte presença de cidades intermediárias. Essa representação cartográfica visando redimensionar o rural brasileiro e romper com a dicotomia instituída entre o rural e o urbano, introduz uma reflexão preliminar acerca da diversidade desses dois polos interligados. Finalmente, com base em classificação alternativa (baseada nos critérios e procedimentos utilizados neste estudo) - o rural brasileiro se apresenta maior do que se imagina.

A tipificação dos espaços rurais brasileiros

A tipificação é uma construção relacional de atributos cuja presença/ausência ou grau de intensidade varia com entidades espaciais que são agrupadas em tipos por meio de um (análise univariada) ou por uma combinação de vários desses atributos (análise multivariada). Da análise multivariada resultaram CLUSTERS. Após análise interpretativa dos padrões evidenciados em cartogramas de clusters, lançou-se mão de técnicas de regionalização para propor TIPOS REGIONALIZADOS. A caracterização dos Tipos Regionalizados foi realizada por meio de operação espacial de superposição de mapas e de algumas variáveis do Banco de Dados Geográfico.

O MUNICÍPIO foi a UNIDADE ESPACIAL de partida. Também foram definidas DIMENSÕES a partir das quais a realidade rural foi observada: i) o Habitat, onde se inscrevem características demográficas e físicas dos municípios; ii) o Trabalho, centrada na inserção produtivas dos territórios examinados; iii) as Condições de vida e socioculturais, iv) a consideração de Dinâmicas recentes – demográfica e econômica – e por fim, v) a identificação de Políticas em Ação na qual se buscou examinar variáveis ligadas às políticas públicas). Além disso, foram identificados ATRIBUTOS, que forma utilizados para classificar os municípios em TIPOS, do que resultou a identificação das VARIÁVEIS

trabalhadas na análise fatorial. Partiu-se da espacialização dos BIOMAS brasileiros como mapa de partida (em detrimento da tradicional abordagem pelas macroregiões do IBGE). Também excluiu-se do estudo o Brasil predominantemente urbano, que foi chamado de GRANDE URBANO (que é constituído por 376 municípios, que abrigavam cerca de 100 milhões de brasileiros, em 2010). O quadro 6 apresenta as DIMENSÕES e ATRIBUTOS utilizados.

Quadro 6 - Etapas Procedimentais do Banco de Dados ao Produto Final

ESTRUTURAÇÃO DO BANCO DE DADOS				ANÁLISES FATORIAIS		OPERAÇÕES PÓS-ANÁLISES FATORIAIS	
MACRO GRUPOS ESPACIAIS DE PARTIDA	GRANDES RECORTES SETORIAIS DE PARTIDA	Atributos	Variáveis por atributos	Análises fatoriais	Agrupamentos em Clusters	Definição de Tipos Regionalizados por técnicas de regionalização em cada Macrogrupo	Análise, introduzindo variáveis de caracterização, informações de trajetória desde os anos 50 e Aspectos Físico-Naturais
LINHA DE COSTA	Habitat	Definidos	Seleção de variáveis para Caracterização			Nº de Tipos e verificação por análise de desvio padrão da inexistência de municípios contíguos destoantes	Textos e Mapas descritivos e explicativos
	Trabalho condições socioculturais ^e	Definidos	Seleção	1	Nº		
	Dinâmicas recentes e políticas em ação	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização				
MATA ATLÂNTICA	Habitat	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização			Nº de Tipos e Nº de Tipos e verificação por análise de desvio padrão da inexistência de municípios contíguos destoantes	Textos e Mapas descritivos e explicativos
	Trabalho condições socioculturais ^e	Definidos	Seleção	1	Nº		
	Dinâmicas recentes e políticas em ação	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização				
PAMPA	Habitat	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização			Nº de Tipos e verificação por análise de desvio padrão da inexistência de municípios contíguos destoantes	Textos e Mapas descritivos e explicativos
	Trabalho condições socioculturais ^e	Definidos	Seleção	1	Nº		
	Dinâmicas recentes e políticas em ação	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização				
CAATINGA	Habitat	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização			Nº de Tipos e verificação por análise de desvio padrão da inexistência de municípios contíguos destoantes	Textos e Mapas descritivos e explicativos
	Trabalho condições socioculturais ^e	Definidos	Seleção	1	Nº		
	Dinâmicas recentes e políticas em ação	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização				
CERRADO	Habitat	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização			Nº de Tipos e verificação por análise de desvio padrão da inexistência de municípios contíguos destoantes	Textos e Mapas descritivos e explicativos
	Trabalho condições socioculturais ^e	Definidos	Seleção	1	Nº		
	Dinâmicas recentes e políticas em ação	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização				

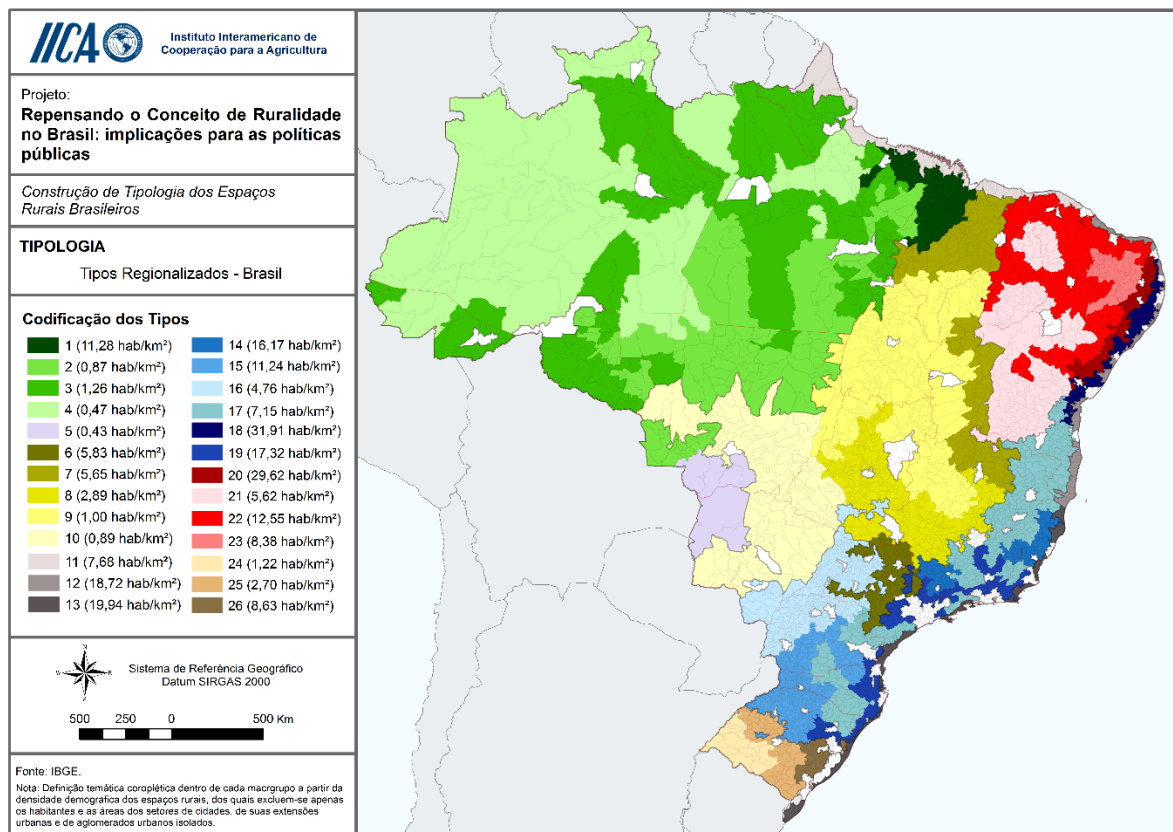
ESTRUTURAÇÃO DO BANCO DE DADOS				ANÁLISES FATORIAIS		OPERAÇÕES PÓS-ANÁLISES FATORIAIS	
MACRO GRUPOS ESPACIAIS DE PARTIDA	GRANDES RECORTES SETORIAIS DE PARTIDA	Atributos	Variáveis por atributos	Análises fatoriais	Agrupamentos em Clusters	Definição de Tipos Regionalizados por técnicas de regionalização em cada Macrogrupo	Análise, introduzindo variáveis de caracterização, informações de trajetória desde os anos 50 e Aspectos Físico-Naturais
AMAZÔNIA PANTANAL	Habitat	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização			Nº de Tipos e verificação por análise de desvio padrão da inexistência de municípios contíguos destoantes	Textos e Mapas descritivos e explicativos
	Trabalho e condições socioculturais	Definidos	Seleção	1	Nº		
	Dinâmicas recentes e políticas em ação	Definidos	Seleção de variáveis para caracterização				

Os Tipos encontrados

Foram identificados 26 Tipos Regionalizados de espaços rurais brasileiros. Esses tipos estão especializados na

Figura 2. Os Tipos configuram uma representação em escala intermediária da diversidade do território nacional enfocado a partir do seu mundo rural. Nessa figura as cores remetem aos biomas (verde: Amazônia e parte noroeste do Pantanal; amarelo/ocre: Cerrado; vermelho/rosa: Caatinga; marrom: Pampa; Azul: Mata Atlântica; cinza: Linha de Costa; cinza claro: Pantanal) e as tonalidades mais ou menos intensas em cada bioma, às densidades em habitat rural. Essas variam de 0,43 hab./km² (Tipo 5 Pantanal) a 31,91 hab./km² (Tipo 18, da Mata Atlântica no Nordeste canavieiro) constituindo um dos condicionantes da vida rural, sempre mais destacado em estudos internacionais. Os tipos receberam denominações referentes a suas localizações geográficas (Quadro 7)

Figura 2 – Brasil: Tipos de espaços rurais



Quadro 7 – Tipos Regionalizados: Denominações

Tipos Regionalizados	Denominações
1	Amazônia: Baixo Tocantins; Região Bragantina; Baixada Maranhense; Rodovia Pará Maranhão.
2	Amazônia e Extremo Noroeste do Pantanal: Norte de Mato Grosso; BR 163; PA 150; Belém Brasília Paraense.
3	Amazônia: Transamazônica; Margem Norte do Baixo e Médio Rio Amazonas; Sul de Roraima; Acre – Rio Branco, Cruzeiro do Sul -, Rondônia; Bico de Papagaio; Araguaia Paraense.
4	Amazônia: Amazônia Ocidental; Norte de Roraima; Trombetas; Baixo Amazonas; Marajó;
5	Pantanal
6	Cerrado Paulista
7	Cerrado: Norte de Minas Gerais; Oeste da Bahia às margens do São Francisco; Extremo Sul do Piauí; Maranhão dos Cocais.
8	Cerrado: Centro e Sul de Goiás; Oeste e Centro de Minas.
9	Cerrado: Noroeste de Minas Gerais; Extremo Oeste da Bahia; Tocantins; Sudoeste do Piauí; Sul do Maranhão;
10	Cerrado: Mato Grosso do Sul; Sudoeste de Goiás; Sul de Mato Grosso;
11	Linha de Costa Norte e Nordeste, do Oiapoque a Fortaleza.
12	Linha de Costa Nordeste, de Fortaleza ao Sul da Bahia.
13	Linha de Costa Sudeste e Sul, do Espírito Santo ao Chuí.
14	Mata Atlântica: Oeste do Espírito Santo; parte Norte da Zona da Mata e Sul/Sudoeste de Minas Gerais.
15	Mata Atlântica: Centro e Sudoeste Paranaense; Oeste Catarinense e Microrregião de Canoinhas; Noroeste Gaúcho.
16	Mata Atlântica: Oeste Paulista; Limite Triângulo Mineiro//Goiás; Norte e Oeste

Tipos Regionalizados	Denominações
	Paranaenses; Sul de Mato Grosso do Sul.
17	Mata Atlântica: Sul da Bahia; Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Campo das Vertentes (Minas Gerais); Noroeste Fluminense; Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (SP), Centro Sul Paranaense; Campos de Lajes, Curitiba, Joaçaba (SC); Vacaria (RS).
18	Mata Atlântica: Mata Nordestina de Natal ao Recôncavo.
19	Mata Atlântica: Entornos do Rio, Juiz de Fora, Viçosa, Belo Horizonte, São Paulo; Leste Paranaense e Catarinense; Velhas Colônias Gaúchas.
20	Caatinga: Agrestes de Natal a Feira de Santana.
21	Caatinga: Sertões Sul e Oeste.
22	Caatinga, Sertões Norte, áreas úmidas de altitude, irrigadas; Cocais do Piauí.
23	Caatinga, Sertões Norte Orientais com maior aridez (RN/PB/PE).
24	Pampa: Campanha Gaúcha.
25	Pampa: Missões e Sul do Estado.
26	Pampa: Nordeste.

Várias leituras do Brasil rural podem ser feitas com base na observação das variáveis disponíveis. Podem ser observadas com mais detalhes em Bitoun, J. Et. Al. (2014). A tipologia regionalizada, destaca diferentes características de densidade demográfica, de biomas, de distâncias inframunicipal e acesso a serviços, de oportunidades de trabalho na agricultura e fora dela, de condições de vida, de oportunidades econômicas e indicadores demográficos muito diferenciados, interagem, em diferentes níveis, para que populações acessem as políticas públicas nacionais. Ao considerar a existência de ruralidade(s) no cenário brasileiro, possibilita-se, também, o reconhecimento de distintos tratamentos para essas diferentes realidades, em especial nas políticas públicas. A heterogeneidade do rural no país é um traço marcante e foi reafirmada pelo estudo. Será fundamental considera-la cada vez mais na formulação e implementação das políticas públicas.

As ruralidades e as políticas públicas de desenvolvimento urbano

Subdimensionar a população rural tem muitas implicações, principalmente para as políticas públicas, seja para os territórios urbanos, rurais ou regionais. As áreas rurais geralmente são tratadas como reserva para uma futura expansão urbana. A lógica da especulação imobiliária leva os municípios a legalizarem a expansão urbana para viabilizar os loteamentos irregulares dentro das regras da lei de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6766/79) que estabelece a possibilidade de loteamentos transformando solo rural em solo urbano. Portanto, pensar o quanto as cidades são urbanas ou rurais tem rebatimento direto na qualidade de planos, projetos e políticas de desenvolvimento territorial. Mais especificamente, na escala local, implicam na qualidade dos planos diretores municipais e na

necessidade de adaptação dos instrumentos previstos na Lei do Estatuto da Cidade para a diversidade das características urbano/rurais existentes no país.

O planejamento do território municipal deve ser integral como define o artigo 40 do Estatuto da cidade (Lei 10250/2001). No entanto, com raríssimas exceções, os planos conseguiram associar essas duas dimensões nas suas estratégias de desenvolvimento e regulação dos usos do solo. Os gestores locais precisam cuidar do ordenamento dos territórios municipais – evitando a ocupação desordenada – assim como a adoção de uma política de transportes públicos ousada e ordenadora da mobilidade urbana e a mobilidade dos espaços rurais em novo padrão. Desse fato decorrem implicações que não se limitam ao desenvolvimento urbano, mas abrangem o desenvolvimento rural, sendo necessário pensar o desenvolvimento da agricultura familiar, estreitando as relações das cidades com o campo. A inseparabilidade das cidades e do campo precisa ser afirmada nos estudos sobre desenvolvimento territorial (urbano e rural e, regional).

Quando se fala em desenvolvimento regional, também não se pode separar cidade e campo. Como bem ressalta Tania Bacelar (Araújo, T.B., 2014) o desenvolvimento regional implica entender a relação entre os dois polos (urbano e rural). O desenvolvimento mais equilibrado das regiões brasileiras requer um projeto que resulte de uma abordagem nacional que visibilize e valorize as muitas potencialidades existentes: para a indústria, para os serviços, para a produção de bioenergia, para a produção de bens alimentares, para o desenvolvimento do turismo, para a indústria criativa, para a pesca, para a produção extrativa, para o artesanato, entre outras. Valorizar a diversidade regional brasileira é uma opção estratégica da maior importância para promover um desenvolvimento regionalmente mais harmônico.

A integração entre as escalas regional e local é um grande desafio. Um exemplo dessa necessária integração no âmbito das políticas urbanas é o Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Este programa demanda uma estreita parceria com os Governos Municipais, que respondem pelo ordenamento do solo urbano e por investimentos complementares em saneamento, transportes urbanos, saúde, educação básica. etc. O programa possui financiamento federal, com subsídio para as camadas de mais baixa renda. Requer para sua coerente execução, uma estreita articulação com outras iniciativas, para minimizar os impactos promovidos pelos interesses da indústria da construção civil, dos proprietários fundiários que dominam os espaços mais estratégicos das nossas cidades. Também poderia haver sinergia entre o pacote habitacional e, por exemplo, a ampliação do Programa de

Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf), já que há modalidades de produção de moradia rural pelo Minha Casa Minha Vida.

Outro grande desafio para um desenvolvimento territorial mais equilibrado é o da valorização da dimensão ambiental, uma vez que a base de recursos naturais continua a ser um dos maiores potenciais do país. No entanto, o padrão de uso desses recursos deverá ser alterado, não pode ser o que adotamos nos séculos passados, especialmente no último.

Considerações finais

Os aportes conceituais elaborados no decorrer do trabalho, somados às experiências de construção e implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento territorial rural e de articulação dos atores locais em espaços colegiados de governança territorial, já se constituem em uma importante base para lançar o debate sobre o significado e o papel dos espaços rurais na construção de um novo padrão civilizatório e de um projeto de desenvolvimento para o Brasil no século XXI. Esse debate deve ser levado a três setores essenciais: i) os gestores das políticas públicas nas diferentes escalas de governo; ii) os legisladores, desde os senadores até os vereadores; e iii) os representantes dos movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil. Assim, o tema relativo à importância do Brasil rural contemporâneo deve ganhar visibilidade na agenda pública da sociedade.

A tipologia regionalizada, antes apresentada, destaca diferentes características de densidade demográfica, de biomas, de distâncias inframunicipal e acesso a serviços, de oportunidades de trabalho na agricultura e fora dela, de condições de vida, de oportunidades econômicas e indicadores demográficos muito diferenciados, interagem, em diferentes níveis, para que populações acessem as políticas públicas nacionais. Ao considerar a existência de ruralidade(s) no cenário brasileiro, possibilita-se, também, o reconhecimento de distintos tratamentos para essas diferentes realidades, em especial nas políticas públicas.

É preciso criar as condições políticas de promoção de alianças territoriais capazes de fortalecer as redes e tecidos sociais de coesão dos territórios rurais, com a participação de um diversificado conjunto de atores sociais. Trata-se de apoiar a constituição de um campo político que dispute a construção de um novo padrão civilizatório para os territórios rurais, tendo por base a paridade no atendimento dos serviços públicos essenciais e no acesso aos direitos para as populações que vivem nas áreas rurais e urbanas. Um campo de forças que desperte nas demais forças da sociedade um interesse pela valorização dos espaços rurais e o

reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento de um projeto democrático, inclusivo, sustentável de país.

Referências Bibliográficas

Abramovay, Ricardo. 2001. Conselhos além dos limites. In: Estudos Avançados, SP, 15.

Araújo, T. B. et.al.2014. Brasil atual: um novo olhar sobre o rural e seus desafios. Brasília: IICA. (mimeo)

Araújo, T. B. 2010. Pensando o Futuro das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil. In: Favareto, Arilson et.al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

Barros, A. M. F. B.; CARVALHO, C. S.; MONTANDON, D. T. 2010. Estatuto da Cidade comentado. Disponível em: <http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/publicacoes/estatuto-das-cidades-1> [acessado em 30 de janeiro de 2013].

Becker, B. K. 2007. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: Santos, M. et al. Territórios, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3 ed, 416p.

Bitoun, J.; Miranda, L. 2009. Tipologia das cidades brasileiras / Ana Cristina Fernandes, Jan Bitoun, Tânia Bacelar de Araújo. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=category&id=18&Itemid=159&lang=pt

Bitoun, J.; Miranda, L. 2014. Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas: PRODUTO P4 B: Proposta de Tipologia: Versão Final. Brasília: IICA. (mimeo)

Coutinho, L. M. 2006. O conceito de bioma. In Acta bot. bras. 20(1): 13-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n1/02.pdf>

Favareto, Arilson. et.al. 2010. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

Fernandes, Edésio. 2010. O Estatuto da Cidade e a Ordem Jurídico-urbanística. Disponível em <http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/publicacoes/estatuto-das-cidades-1> (acessado em 30 de janeiro de 2013).

Fernandes, B. M. 2008. Sobre a Tipologia de Territórios. Presidente Prudente: Unesp. Disponível em: http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf

- IBGE. 2006. Atlas das representações literárias de regiões brasileiras. Vol. 1 e 2. Brasil Meridional. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. 2011a. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. 2013. Divisão Urbano Regional. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. 2008. Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Rio de Janeiro: IBGE.
- LIMONAD, E. 2007. Urbanização e organização do espaço na rede dos fluxos. In: SANTOS, M. Et al. Territórios, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 416p.
- Maricato, Ermínia. 2003. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados, ano 17, no. 48.
- Medeiros, Leonilde Servolo de; Dias, Marcelo Miná. 2011. Bases para a construção de um marco jurídico-normativo do desenvolvimento territorial no Brasil. In: Carlos Miranda; Breno Tibúrcio. (Org.). Políticas de Desenvolvimento Territorial: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo. Brasília: IICA.
- Monte-Mor, R. L. M. 2005. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: Diniz, C.C. e Lemos, M.B. (Orgs.). 2005. Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 429-446
- Pereira, R. H. M.; Furtado, B. A. (Orgs.). 2011. Dinâmica urbano-regional e suas interfaces. Brasília: IPEA.
- Santoro, P.; Pinheiro, E. (Org). 2009. O município e as áreas rurais. São Paulo: Instituto Pólis.
- SAULE Jr. (2004). A competência do município para disciplinar o território rural. In: SANTORO, P.; PINHEIRO, E. org. *O município e as áreas rurais*. São Paulo: Instituto Pólis, 64p.
- SILVA, F.H.B.B. da; Silva, A.B. da; ARAÚJO FILHO, J.C. de; LEITE, A.P. Zoneamento Agroecológico do Nordeste: diagnóstico e prognóstico. Recife: Embrapa Solos Escritório Regional de Pesquisa e Desenvolvimento Nordeste ERP/NE; Petrolina: Embrapa Semiárido, 2.000. (Embrapa Solos, Documentos, 14). 1 CD ROM.
- SILVA, Éder Roberto da (2003). O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos.
- Veiga, J. E. 2002. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP, Editora Autores Associados, 304p.
- Veiga, J. E. 2004. A dimensão rural do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura. nº 22. Rio de Janeiro.

Wanderley, M. N. B., Favareto, A. 2012. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Brasília: IICA (relatório de pesquisa). (mimeo).